

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS EDITORIAIS

Atualização do Protocolo PPENA – versão 2025

Área Ciências Biológicas II – CAPES

O documento intitulado Periódico com Política Editorial Não Aceitável/Conferível – PPENA 2020 foi elaborado pela COMISSÃO QUALIS CBII 2020. O documento foi liderado por **Carlos Arturo Navas Iannini** (Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo – USP), com a colaboração e revisão de **Carlos Fernando de Mello** (Departamento de Fisiologia e Farmacologia, Universidade Federal de Santa Maria – UFSM), **Paulo César Ghedini** (Departamento de Farmacologia, Universidade Federal de Goiás – UFG), **Débora Foguel** (Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e **Adelina Martha dos Reis** (Departamento de Biologia Geral, Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG).

A presente revisão foi elaborada em maio de 2025 pela COMISSÃO QUALIS CBII, durante a Avaliação Quadrienal 2021-2024. A atualização foi liderada por **Carlos Arturo Navas Iannini**, com a colaboração e revisão de **Letícia Veras Costa-Lotufo** (Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo – USP) e **Débora Foguel** (Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), **Geanne Matos de Andrade** (Departamento de Fisiologia e Farmacologia - Universidade Federal do Ceará - UFC), **Antônio de Pádua Carobrez** (Departamento de Farmacologia - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), **Cláudio Guedes Salgado** (Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará - UFPA), **Hernán Francisco Terenzi** (Departamento de Bioquímica, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC), **Hugo Verli** (Centro de Biotecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS), **Paulo César Ghedini** (Departamento de Farmacologia, Universidade Federal de Goiás – UFG), **Pedro Jorge Caldas Magalhães** (Departamento de Fisiologia e Farmacologia - Universidade Federal do Ceará - UFC).

I. CONTEXTO

Em 2020, a Área de Ciências Biológicas II da CAPES elaborou e tornou público um documento para orientar na classificação dos periódicos cujas políticas editoriais foram consideradas não aceitáveis ou de difícil conferência. Desde então, o avanço do Acesso Livre, da ciência aberta (como o *open peer review* e os dados abertos) e mudanças no mercado editorial tornaram mais complexa a análise da qualidade de periódicos.

No início dessa transformação, J. Beall (University of Colorado) propôs o termo “predatório” para designar periódicos que priorizam o lucro em detrimento de padrões editoriais mínimos e confiáveis e criou a primeira lista de periódicos “predatórios” e liderou a curadoria dessa lista até 2017 (Beall, 2017). Hoje, a diversidade dos periódicos científicos é complexa e diversa, incluindo títulos que poderiam ser considerados legítimos, mas usam práticas comerciais agressivas, e outros cujas práticas editoriais vão desde a negligência editorial à fraude deliberada. A identificação de práticas editoriais inadequadas é, portanto, necessária e, no contexto da avaliação Quadrienal, deve basear-se em critérios verificáveis e auditáveis que possam orientar as decisões das Comissões de Área, Programas de Pós-Graduação e orientadores.

Dada essa complexidade, a Comissão Qualis CBII 2020 considerou inadequado agrupar todas as más práticas editoriais sob o termo “predatório” e propôs a denominação “Periódico com Política Editorial Não

Aceitável/Conferível” - PPENA, com base em elementos verificáveis disponíveis nas páginas das revistas e listas externas. A versão atual de 2025 (PPENA-25) mantém esse princípio e incorpora a análise de artigos publicados sobre esse tema, apresenta novos recursos e contextualiza as práticas fraudulentas emergentes. Como em 2020, o protocolo ora sugerido deve ser usado com base nas práticas editoriais tal como apresentadas em informações públicas, sem juízo sobre intenções.

A presente atualização foi motivada por profundas mudanças no ambiente editorial, incluindo, mas não somente, a aquisição de revistas tradicionais por conglomerados editoriais comerciais. Embora isso não implique, por si, em perda de qualidade, foram registradas alterações relevantes em políticas, fluxos editoriais e transparência em alguns exemplos, sem caracterizar um padrão geral (Larivière et al., 2015). Por isso, o foco desta proposta de análise permanece **na revista, não na editora**.

Outra prática crescente é o sequestro de periódicos científicos — a criação de sites com nomes semelhantes a revistas legítimas. Esse fenômeno, já identificado pela comissão em 2020, tornou-se mais frequente e sofisticado (ver **Seção IV**). Novos instrumentos também surgiram desde 2020, enquanto outros perderam relevância. A lista de Beall deixou de ser atualizada a partir de 2017, mas foram lançadas bases abertas de artigos científicos como a OpenAlex (2022), e entidades como DOAJ, COPE e OASPA passaram a emitir selos de boas práticas editoriais. Esses recursos são úteis, mas não substituem a avaliação direta das práticas de cada revista — princípio que o PPENA-25 mantém.

Por fim, o reconhecimento de repositórios de preprints como publicação efetiva varia entre áreas. Algumas os aceitam como formas legítimas de divulgação e avaliação, enquanto outras não, e exigem revisão formal por pares. Para a Área de Ciências Biológicas II, repositórios de preprints não são considerados periódicos com conceito Qualis, e, por isso, ainda não são tratados neste protocolo, diretriz que poderá ser revista por aqueles que integram a CBII. A aceitação dos preprints depende da cultura de cada área e segue em transformação, impulsionada, entre outros fatores, pela crise sanitária de 2019 (Ioannidis et al., 2021).

II. PROBLEMAS RELEVANTES NO ATUAL CENÁRIO EDITORIAL CIENTÍFICO

- 1) A avaliação dos Programas de Pós-Graduação no Brasil segue considerando, de forma central, as publicações em periódicos especializados. Periódicos com práticas editoriais propositalmente inadequadas e inaceitáveis devem ser identificados e posicionados abaixo dos estratos de classificação. A identificação destas práticas editoriais questionáveis deve seguir critérios bem definidos.
- 2) O sequestro do nome e reputação dos periódicos é crescente e diverso. O problema clássico consistia no uso de nomes semelhantes por revistas falsas e mal intencionadas (Dadkhah et al., 2024; Martins et al., 2016). Artigos e notas nas que Editores Chefe de revistas científicas relatam o caso de sequestro do próprio título têm aumentado na literatura recente (Graber and Plebani, 2024; Hammett et al., 2024).
- 3) Periódicos que simulam boas práticas editoriais, mas não as implementam, tornaram-se mais comuns. Sites bem estruturados, conselhos editoriais extensos e menções à revisão por pares nem sempre refletem a prática real. A sofisticação dessas fraudes dificulta a distinção entre revistas legítimas, entretanto de baixa qualidade, e contrapartidas fraudulentas (Teixeira da Silva, 2021).

- 4) Há todo tipo de situações intermediárias. Existe o *citejacking* (sugerimos traduzir como Encadeamento Fraudulento de Citações - EFC), ou seja, a manipulação de indicadores, com práticas dolosas tais como a produção automatizada de “artigos recheio” por plágio ou produção via inteligência artificial, inclusive citando exageradamente a própria revista.
- 5) O *indexjacking* se tornou um problema (sugerimos utilizar o termo Infiltração Fraudulenta em Bases -IFB). Trata-se aqui da infiltração de revistas fraudulentas em plataformas de indexação. Casos documentados mostram que a legitimidade percebida pode ser manipulada (Abalkina, 2024).

III. SÍNTESE DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS

- 1) Desclassificar revistas com práticas editoriais inadequadas com base na aplicação do protocolo PPENA-25, a fim de identificar, de forma técnica e verificável, periódicos que não atendem a critérios mínimos de qualidade editorial, como clareza na política, composição do conselho editorial, revisão por pares, transparência quanto a taxas de publicação e indexações declaradas.
- 2) Eliminar da lista de revistas válidas e relatar casos confirmados de sequestro editorial, com o objetivo de evitar a inclusão indevida de periódicos fraudulentos na base de classificação. A identificação deve considerar nomes semelhantes aos de revistas legítimas, domínios duvidosos, ISSNs clonados ou inconsistentes, e discrepâncias editoriais evidentes (Dadkhah et al., 2024; Graber and Plebani, 2024; Hammett et al., 2024; Martins et al., 2016).
- 3) Tomar decisões de desclassificação com base em múltiplos critérios e fontes independentes, evitando julgamentos baseados exclusivamente em indexações ou listas de alerta.
- 4) Detectar e excluir periódicos que adotam práticas de manipulação métrica, ‘pseudociência’ inflacionada ou autoria artificial, por meio da observação de padrões como *citejacking* (EFC), produção massiva de artigos de baixa substância e uso de inteligência artificial para gerar conteúdo. Ferramentas como o *Problematic Paper Screener* auxiliam nesse rastreamento (Cabanac et al., 2022).
- 5) Identificar e excluir revistas potencialmente fraudulentas mesmo quando indexadas, a partir da análise direta de suas práticas editoriais, reconhecendo que o fenômeno do *indexjacking* (IFB) pode comprometer a confiabilidade da classificação sem verificação complementar (Abalkina, 2024).

IV. PROCEDIMENTOS NA SUSPEITA DE SEQUESTRO, EFC E IFB

Durante o ciclo avaliativo de 2021-2024, a Comissão Qualis da área de Ciências Biológicas II identificou um periódico sequestrado — possivelmente o primeiro e único caso registrado para a área. A baixa frequência aparente não reduz o risco, já que a prática evoluiu. O sequestro de periódicos científicos envolve o registro de domínios falsos que imitam revistas legítimas (para detalhes sobre um caso concreto veja Hammett et al., 2024), replicando nome, ISSN, escopo e fator de impacto, com o objetivo de receber os valores relativos a taxas de publicação sem revisão por pares e, em muitos casos, sem publicação final (Martins et al., 2016). Em paralelo, periódicos previamente legítimos têm sido alvos após abandono ou não renovação de seus domínios (Hammett et al., 2024). Alguns autores propõem já que revistas fraudulentas podem adquirir maior autoridade

digital do que os originais (Hegedus et al., 2024), chegando ao IFB, gerando inclusive citações em revistas legítimas (Dadkhah et al., 2024).

No contexto da CAPES, o risco aumenta porque a atual base de dados inicia-se com nome e ISSN do periódico— dados que, em casos de sequestro de domínio, podem ser idênticos aos da revista original. Por isso, e com base no formato recebido pelos consultores, um primeiro sinal de alerta é a presença de periódicos com nomes iguais ou muito semelhantes aos de revistas conhecidas (mesmo se isso pode envolver um erro na entrada desde o Lattes de um pesquisador). Nesses casos, deve-se buscar erros simples, como inversões ou omissões de dígitos no ISSN. Se não houver erro evidente, o avaliador pode aplicar um conjunto de verificações baseadas nos estudos citados até agora nesta seção. Essas verificações não compõem um roteiro linear, mas procedimentos complementares que contribuem para o diagnóstico de possíveis casos de sequestro EFC (Encadeamento Fraudulento de Citações) ou IFB (Infiltração Fraudulenta em Bases).

- 1) Verifique a URL oficial do periódico nas bases indexadoras: utilize o nome e o ISSN fornecidos para localizar o periódico em bases como [Scopus](#), [Web of Science](#) ou [Ulrichsweb](#). Confirme se a URL informada corresponde exatamente àquela registrada nessas bases. Divergências com a URL oficial são motivo de atenção.
- 2) Consulte a lista do [Retraction Watch Hijacked Journal Checker](#)¹: verifique se o periódico consta entre os títulos identificados como sequestrados. Essa lista é atualizada regularmente e cobre diferentes áreas e idiomas.
- 3) Avalie o conteúdo publicado recentemente para saber se resumos mais antigos de fato levam a artigos. Veja um artigo recente disponível no site. Se houver conteúdos de baixa qualidade, desconectados entre si, ou particularmente, fora do escopo declarado do periódico, isso é um indício claro de fraude.
- 4) Observe o padrão de divulgação do periódico: chamadas ou convites para submissão com promessa de publicação rápida, especialmente via redes sociais como Telegram, Instagram ou Facebook, e ausência de critérios editoriais claros, são características comuns de periódicos sequestrados.

Ferramentas digitais: O uso destas ferramentas seria mais adequado às equipes técnicas da CAPES, mas é importante que os consultores conheçam suas possibilidades. O histórico de um domínio pode ser verificado por meio de ferramentas como [Whoisology](#) (serviço premium) ou [ViewDNS](#), úteis para consultar a data de criação do site e identificar possíveis conexões com outros domínios suspeitos. Domínios recém-registrados, ou vinculados a entidades associadas a múltiplos sites obscuros, indicam alto risco de sequestro. Também é possível acessar versões arquivadas de sites por meio da [Wayback Machine](#) (archive.org), o que permite comparar o site atual com versões anteriores, se constam em arquivo ou se um arquivo se constrói para tal fim. Mudanças abruptas no escopo, idioma, identidade visual ou estrutura editorial são indícios clássicos de sequestro. Por fim, a ferramenta [MOZ Domain Analysis](#), de uso simples e gratuito, estima a *autoridade digital* do site — uma métrica que reflete sua visibilidade em mecanismos de busca. Um site recém-criado com autoridade desproporcionalmente alta pode estar utilizando estratégias para manipular indexação, tática recorrente entre sequestradores de periódicos científicos. O aumento de frases sintaticamente tortuosas desde 2019, como mostra a plataforma [Problematic Paper Screener](#), pode estar associada ao EFC (Cabanac et al., 2022).

¹ Base de dados idealizada por Anna Abalkina. Os [métodos](#) desta base de dados são abertos ao público. Este documento informa com detalhe alguns dos problemas mais sérios no contexto de sequestro de título, domínio. Em março de 2025 a base continha 336 títulos.

V. ANÁLISE DE PRÁTICAS EDITORIAIS DE PERIÓDICOS DE ACESSO LIVRE

Em 2020, foi apresentada uma versão adaptada do protocolo publicado por Laine and Winker (2017) combinado com os procedimentos sugeridos no site [Think, Check, Submit](#), para análise de periódicos (**Tabela 1**). Desde então, surgiram novos recursos e outros, como a Beall's List, tornaram-se progressivamente desatualizados.

Tabela 1. *Itens de verificações importantes na revisão da política editorial de revistas científicas diretamente adaptados do site "Think, Check, Submit".*

| Corpo Editorial | Acesso | Revisão por Pares | Cobrança |
|---|---|--|---|
| Os editores e membros do conselho editorial são identificáveis, com afiliação institucional clara? | A revista possui um site funcional, dedicado e com informações específicas? | O site descreve claramente o processo de revisão por pares? | A revista informa se cobra taxas de publicação? |
| Os membros do corpo editorial são reconhecidos por sua atuação científica e aparecem em plataformas como ORCID ou Google Scholar? | Os artigos mais recentes estão disponíveis no site da revista? | Há evidências de que a revisão por pares é efetiva (ex.: prazos razoáveis, datas indicadas)? | As taxas são descritas com clareza, incluindo valor, momento de cobrança e política de isenção? |
| A chefia editorial é mencionada em sites institucionais externos e aparece como responsável em canais verificáveis? | A revista aparece indexada em bases como Google Scholar, Scopus, SciELO ou outras reconhecidas na área? | O tipo de revisão por pares é explicitado (ex.: simples-cega, dupla-cega)? | A política de cobrança está acessível antes da submissão? |
| Há meios de contato institucional verificáveis com a chefia editorial (e-mail, endereço, telefone)? | O site fornece acesso direto aos artigos completos, sem navegação ambígua? | A revista evita exceções não justificadas ao processo de revisão? | Existe política clara de isenção para autores sem financiamento ou de países de baixa renda? |
| Os editores estão vinculados a entidades como COPE, OASPA, INASP ou DOAJ? | | | |

Pesquisadores iniciantes podem questionar a diferença nas bases de dados exemplificadas pelo DOAJ, a SciELO e o Google Scholar. O DOAJ, de escopo internacional, funciona com o objetivo final de constituir uma lista voltada a periódicos de acesso aberto e com práticas editoriais transparentes, como revisão por pares e licenciamento aberto. Seu objetivo é certificar boas práticas. A SciELO, com foco regional, prioriza critérios como regularidade, estrutura editorial e relevância local, tendo como consequência, mas não como fim específico, a validação editorial. O Google Scholar, por sua vez, é um motor de busca acadêmico sem curadoria editorial. São ferramentas úteis, mas com funções e níveis de exigência distintos.

Passa-se agora à descrição do protocolo PPENA-25. Sua aplicação completa não é obrigatória em todos os casos. A análise a seguir não é definitiva, e deve prosseguir até o ponto em que se julgue haver informação suficiente para uma decisão fundamentada. Em casos de conduta suspeita ou problemática se recomenda seguir os quatro passos descritos a continuação. O **Anexo 1** apresenta um diagrama geral deste procedimento.

PASSO 1. Verificar se a revista está presente em sistemas de indexação comprometidos com a qualidade editorial. MAJORITARIAMENTE, AS REVISTAS INDEXADAS NÃO SERÃO PPENA, SALVO CASOS PARTICULARMENTE CONTROVERSOS OU DE INFILTRAÇÃO

Destacam-se bases como PubMed/[MEDLINE](#) (ciências da saúde), [SciELO](#) e [Redalyc](#) (produção científica latino-americana), além do [ERIC](#) (educação), área convergente com linhas de pesquisa de alguns programas da CBII. A presença em qualquer uma dessas bases indica que o periódico passou por curadoria formal periódica, embora isso não dispense análise editorial complementar. Cada base adota critérios distintos de indexação. O PubMed/MEDLINE exige revisão por pares, práticas editoriais transparentes, foco biomédico e recomendação do *Literature Selection Technical Review Committee* (LSTRC), comitê vinculado à *National Library of Medicine*- NLM (EUA). A SciELO considera regularidade de publicação, estrutura editorial e impacto regional. A Redalyc indexa apenas periódicos de acesso aberto diamante — gratuitos para autores e leitores — e exige consistência editorial e adesão a políticas públicas de acesso aberto. A base de dados ERIC prioriza relevância educacional, revisão por pares e políticas editoriais claras, com foco em literatura técnico-científica na área da educação.

SIM? Fim da Análise. **NÃO?** Siga ao PASSO 2

PASSO 2. Verificar se o periódico está presente em listas positivas ou afiliado a organizações editoriais. AS REVISTAS INDEXADAS EM LISTAS POSITIVAS DIFICILMENTE SERÃO PPENA

É possível que revistas estejam presentes em listas positivas, como o DOAJ, mesmo sem estarem indexadas. Isso acontece porque o DOAJ opera de forma independente, com foco exclusivo na verificação de boas práticas editoriais em periódicos de acesso aberto. A lista DOAJ indica adesão mínima a critérios de transparência, revisão por pares e licenciamento, mas a requisitos de regularidade e visibilidade internacional que podem caracterizar outros tipos de indexação. Para integrar o DOAJ, um periódico deve oferecer acesso gratuito e irrestrito ao conteúdo, manter um site próprio com informações claras, apresentar uma política explícita de revisão por pares, divulgar o ISSN de forma visível, publicar com regularidade e fornecer metadados completos. Também é exigida a divulgação clara sobre eventuais taxas de publicação (mesmo que inexistentes), a adoção de licenciamento aberto — como Creative Commons — e a identificação pública dos responsáveis editoriais com suas respectivas afiliações (DOAJ, 2020). Esses critérios não avaliam impacto ou visibilidade, mas atestam conformidade com práticas editoriais mínimas reconhecidas internacionalmente. Além do DOAJ, organizações como a [OASPA](#) (Open Access Scholarly Publishing Association) e o [COPE](#) (Committee on Publication Ethics) podem funcionar como indicadores positivos de boas práticas editoriais no caso de filiação declarada a essas entidades.

SIM? Fim da Análise. **NÃO?** Siga ao PASSO 3

PASSO 3. Verificar se o periódico está presente em listas negativas. AS REVISTAS QUE CONSTAM NESTAS LISTAS PODEM SER PPENA, MAS NÃO NECESSÁRIAMENTE

A presença de uma revista em uma lista negativa é um forte indício de práticas editoriais inaceitáveis, mas não substitui uma análise própria e crítica. Três listas negativas estão atualmente disponíveis: Beall’s List, Stop Predatory Journals (SPJ) e Cabell’s Predatory Reports (síntese e links na **Tabela 2**). A lista de Beall passou a ser mantida por um curador anônimo, conforme declarado no site (consultado em 30 de abril de 2025): *“I am not Jeffrey Beall. I prefer my identity to be anonymous, largely for the reasons that Beall mentioned in his recent article.”* (citado acima). O SPJ surgiu como continuidade desse trabalho, afirmando explicitamente esse propósito, e por isso, as duas listas não são independentes. A Cabell’s Predatory Reports é um serviço comercial por assinatura, baseado em mais de 60 critérios organizados em categorias formais (Cabells, 2019), incluindo: ausência de revisão por pares verificável, uso de métricas falsas, promessas de publicação garantida, falta de clareza sobre taxas e políticas editoriais, e composição editorial opaca. Cada inclusão requer documentação de evidências. Já o SPJ compartilha objetivos semelhantes, mas não apresenta metodologia padronizada nem justificativas específicas por periódico. Seus critérios são inferidos a partir de práticas recorrentes e refletem a abordagem da lista de Beall. O próprio site do SPJ reconhece seus limites ao afirmar: *“It is up to each one to judge the published information and decide for himself.”*

Como nota final Anderson (2017) alerta que listas como a Cabell’s Predatory Reports podem gerar confusão entre periódicos mal geridos, mas legítimos, e aqueles conduzidos com má-fé editorial. Muitos dos critérios adotados, como falhas gramaticais, ausência de política clara de revisão por pares ou de preservação digital, apontam deficiências operacionais, mas não necessariamente práticas fraudulentas. Com isso, revistas honestas, porém estruturalmente frágeis, podem ser classificadas como periódicos predatórios, obscurecendo a distinção entre falhas editoriais e condutas reprováveis. Esse alerta é especialmente relevante para periódicos emergentes, seja no Sul Global ou em outras regiões e contextos ainda em consolidação.

SIM? Siga ao PASSO 4 com suspeita de práticas PPENA **NÃO?** Siga ao PASSO 4 para decisão final

Tabela 2. Exemplos de listas negativas fornecidas para identificar periódicos com práticas editoriais questionáveis.

| Nome | Propósito | Abrangência | Critérios declarados | Exemplos de uso recomendado | Status Atual |
|---|--|--|--|--|--|
| Beall’s List | Listar editoras e periódicos considerados ‘predatórios’ ou enganosos. | Principalmente periódicos de acesso aberto, global. Arquivado após 2017. | Não explicitados em detalhes; criticados por falta de transparência. | Consulta histórica ou para verificar se uma editora já foi considerada duvidosa. | Descontinuada desde 2017; acessível em versões espelhadas. |
| Cabells Predatory Reports | Oferecer uma base curada de periódicos considerados predatórios com critérios específicos. | Mais de 17.000 periódicos avaliados com base em 74 critérios. | Sim, com critérios públicos organizados em 7 categorias principais. | Consulta institucional para decisões de submissão, avaliação e treinamento. | Ativa; acesso por assinatura. |
| Stop Predatory Journals | Manter uma lista pública de periódicos ‘predatórios’ continuando a Beall’s List original. | Centenas de periódicos listados com base em denúncias e critérios herdados de Beall. | Parcialmente; baseados na lista de Beall atualizações da comunidade. | Checagem rápida de denúncias e suspeitas sobre novos periódicos predatórios. | Ativa; gratuita e atualizada periodicamente. |

PASSO 4. Verificar o site da revista em busca de sinais de alerta.

RESPOSTAS “SIM” INDICAM PRÁTICAS EDITORIAIS QUESTIONÁVEIS. ITENS EM NEGRITO CORRESPONDEM A PRÁTICAS ASSOCIADAS À FRAUDE DELIBERADA. ITENS EM LETRA NORMAL PODEM REFLETIR TANTO DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS QUANTO ESTRATÉGIAS OPORTUNISTAS, EXIGINDO AVALIAÇÃO CUIDADOSA. JÁ OS ITENS SUBLINHADOS POSSUEM UM CARÁCTER OPERACIONAL, ADMISSÍVEIS SEM INTENÇÃO FRAUDULENTA.

1. Comunicação profissional, adequada e educada

- 1.1 As descrições fazem promessas de publicação rápida, garantida ou exageradamente facilitada?**
- 1.2 O site da revista contém erros gramaticais, ortográficos ou uso inadequado da linguagem?
- 1.3 O tom do site remete mais a propaganda comercial do que a um ambiente institucional acadêmico?

2. Informações consistentes e verificáveis

- 2.4 A revista declara estar indexada em bases onde não pode ser localizada?**
- 2.5 Apresenta métricas cientométricas sem fonte confiável e reconhecida?**
- 2.6 Há sinais de que nomes ou instituições foram incluídos sem consentimento, como no caso de contraste acadêmico extremo entre editor-chefe e demais membros?**
- 2.7 A revista omite informação sobre DOI ou sobre preservação digital² (VerMarkus, 2022)?
- 2.8 O ISSN informado diverge dos registros no Portal ISSN?

3. Conselho editorial e afiliação institucional confiável

- 3.1 Falta clareza sobre os membros do conselho editorial? (e.g., falha em informar nome e afiliação institucional)**
- 3.2 Há indícios de que nomes e instituições foram incluídos sem consentimento (por exemplo, contraste exagerado entre chefia e corpo editorial)?**
- 3.3 Existem editores-chefes que não são localizáveis em plataformas acadêmicas como ORCID, ResearchGate ou Google Scholar?

4. Práticas editoriais transparentes e coerentes

- 4.1 O site omite o processo de revisão por pares, ou apresenta exceções sem justificativa?**
- 4.2 As diretrizes para autores são vagas ou difíceis de localizar, particularmente as relativas a licenças de copyright e de reuso dos artigos?
- 4.3 Falta menção a políticas de ética editorial, retratação ou correção?
- 4.4 A periodicidade informada é incompatível com o volume efetivo de publicações?

5. Modelo de publicação e política de APC (Article Processing Charges)

- 5.1 A cobrança ocorre no momento da submissão, e não somente após o aceite final?**³
- 5.2 A revista não informa com clareza e antecedência se cobra taxas de publicação?
- 5.3 A revista falha em apresentar política de isenção para autores sem financiamento?

6. Tempos de publicação

- 6.1 Os intervalos entre submissão e aceite são excessivamente curtos para uma revisão por pares legítima?**
- 6.2 Os artigos omitem datas de recebimento, aceite e publicação?

7. Qualidade editorial (via análise de um ou dois artigos)

- 7.1 Há citação excessiva e não justificada de outros artigos da mesma revista?**
- 7.2 Os autores principais não são verificáveis em plataformas como ORCID ou Google Scholar?
- 7.3 Os artigos apresentam erros graves de linguagem, estrutura inconsistente ou formatação inadequada?

² O armazenamento de artigos em servidores públicos externos é considerado boa prática editorial para preservação do conhecimento, sendo declarado por revistas de boa qualidade.

³ Salvo se as razões são clara e eficientemente explicadas

Ao terminar esta análise os consultores devem ter uma ideia clara sobre o perfil da revista e sua caracterização -ou não- como PPENA. Caso seja necessária uma análise formal e consistente entre consultores, recomenda-se combinar uma abordagem por pontuação com a hierarquia de gravidade dos sinais. Itens em **NEGRITO** correspondem a práticas críticas associadas à má fé editorial ou fraude e valem 3 pontos; itens em texto **NORMAL** indicam falhas relevantes, mas que podem decorrer de má gestão ou inexperiência, e valem 2 pontos; itens **SUBLINHADOS** refletem deficiências de qualidade editorial, sem implicar necessariamente intenção fraudulenta, e valem 1 ponto.

Três ou mais respostas “SIM” em itens em negrito justificam, por si, a classificação da revista como PPENA-25. Um total de 10 pontos ou mais, combinando diferentes tipos de sinal, também constitui forte indicação de PPENA-25. Pontuações entre 6 e 9 recomendam revisão comparativa e consulta à coordenação. Pontuações até 5 não justificam desclassificação, mas podem indicar necessidade de acompanhamento (**Tabela 3**).

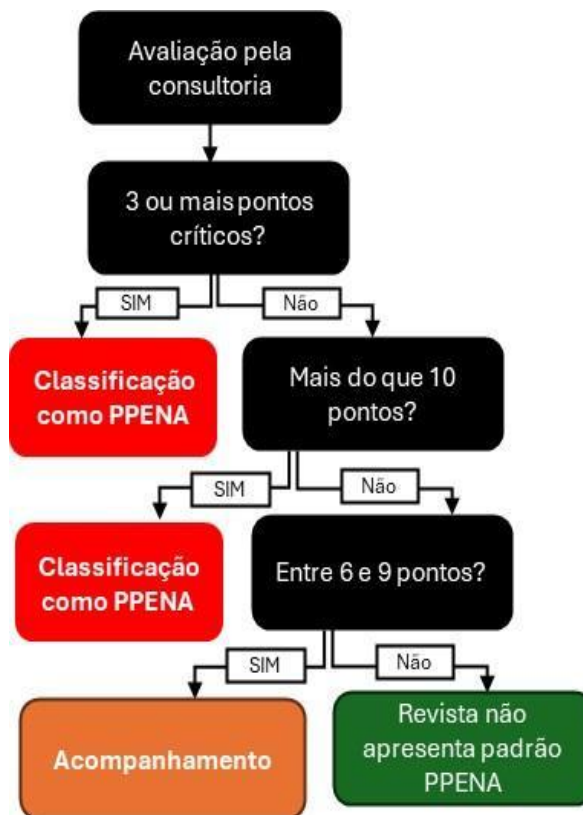


Tabela 3. Síntese da sugestão de pontuação para casos críticos no Passo 4 do protocolo PPENA-25

| Ava | Pontuação por item | Descrição |
|--------------|--------------------|--|
| NEGRITO | 3 pontos | Práticas críticas associadas à má-fé editorial ou fraude |
| TEXTO NORMAL | 2 pontos | Falhas relevantes, possivelmente decorrentes de má gestão ou opacidade |
| SUBLINHADO | 1 ponto | Deficiências de qualidade editorial, geralmente ligadas à inexperiência ou falta de recursos |

Interpretação Final:

- 3 ou mais itens em negrito → classificada como PPENA-25
- 10 pontos ou mais → forte indicação de PPENA-25
- 6 a 9 pontos → requer atenção
- Até 5 pontos → não classificada como PPENA-25

VI. EXEMPLOS DE ANÁLISE

EXEMPLO 1. Revista científica internacional listada em SPJ, vinculada a editora não listada no mesmo site. Trata-se de aquisição recente de uma revista criada por sociedade científica, por parte de editora comercial.

A revista apresenta promessa explícita de publicação rápida (1.1, 3 pontos), mas os demais itens de comunicação institucional estão adequados (1.2 e 1.3, 0 pontos). Está indexada em PubMed e Scopus (2.4, 0 pontos), utiliza métricas com fontes verificáveis (2.5, 0), o ISSN confere (2.8, 0), e não há indícios de inclusão indevida de nomes no conselho (2.6 e 3.2, 0). A identificação institucional dos membros é clara (3.1, 0), e os editores têm perfil acadêmico verificável (3.3, 0). O processo de revisão por pares é bem descrito (4.1, 0), com diretrizes editoriais completas (4.2, 0), políticas éticas acessíveis (4.3, 0) e periodicidade compatível (4.4, 0). As informações sobre APC são claras, com política de isenção (5.1, 5.2, 5.3, 0). Datas editoriais estão presentes e os prazos são plausíveis (6.1 e 6.2, 0). Na análise de três artigos recentes, não foi observada citação da própria revista que pudesse ser definida como ‘excessiva’ (7.1, 1 ponto), os autores são verificáveis (7.2, 0), e a qualidade formal dos textos é aceitável (7.3, 0). Total: 4 pontos (1 item em negrito, 1 item sublinhado). Classificação recomendada: Não caracteriza PPENA. A revista apresenta apenas um sinal crítico (1.1) e pontuação total baixa. **A revista deve ser classificada com base nos seus indicadores bibliométricos.**

EXEMPLO 2. Revista científica nacional listada em SPJ. Este veículo pertencia a uma editora não listada em SPJ, e foi adquirida por uma outra editora que sim consta nessa lista.

A análise indica conformidade geral com boas práticas editoriais. Não foram encontradas promessas de publicação facilitada (1.1), erros de linguagem gritantes (1.2), ou tom excessivamente comercial (1.3). A revista declara -e de fato possui- indexações verificáveis (2.4), apresenta métricas com fontes reconhecidas (2.5), e fornece DOI e política de preservação digital via LOCKSS, um grande indicador positivo (2.7). Não há indícios de inclusão não autorizada de nomes (2.6), e o ISSN informado é válido (2.8). O conselho editorial é verificável (3.1–3.3). O processo de revisão por pares é descrito como duplo-cego (4.1), as diretrizes autorais são completas e acessíveis em poucos cliques (4.2), e constam políticas de ética e retratação (4.3), bem como periodicidade compatível com o volume de publicações (4.4). A revista informa taxas de publicação com clareza (5.2), aplicadas somente após o aceite (5.1), embora não explicita política de isenção para autores sem financiamento (5.3). As datas de recebimento e aceite não são informadas (6.2), impedindo análise detalhada do tempo de processamento (6.1). Os artigos consultados não apresentaram erros graves (7.3), citação excessiva da própria revista (7.1) ou autores não verificáveis (7.2). Com dois itens classificados como falhas relevantes — ausência de política de isenção (5.3) e omissão de datas de processamento (6.2). Total: 4 pontos, abaixo do limiar de alerta, mais ainda dado que há sinais de dificuldade no idioma. A revista, portanto, não deve ser classificada como PPENA, mas apresenta procedimentos amadores ou, no melhor dos casos, pouco sofisticados **que justificam a classificação na categoria C independente de seus indicadores bibliométricos.**

EXEMPLO 3. Revista científica internacional listada em SPJ e pertencente a editora também listada.

A revista XXX, publicada pela YYY, apresenta múltiplos sinais críticos conforme os critérios PPENA-2025. As descrições editoriais (1.1) sugerem prazos de publicação acelerados, embora sem promessas explícitas de publicação garantida. Observam-se erros gramaticais e de formatação no site, inclusive com figuras algo pixeladas pela baixa resolução que, no geral, parecem pouco profissionais (1.2). Fora disso, não aparece uma política de preservação digital ou uso de DOI (2.7). A revista afirma estar indexada em bases como SCOPUS e EBSCO (2.4), mas não foi possível confirmar essa presença. Também exibe métricas sem fonte confiável (2.5), e algumas afiliações do corpo editorial, como a de ZZZ, não puderam ser verificadas de forma independente em bases de dados como Google Scholar (2.6, 3.2). Há editores não localizáveis em plataformas como ORCID ou Google Scholar (3.3), e ainda o CV público do pesquisador indicado como Editor Chefe não menciona esta revista. O site declara revisão por pares (4.1). As diretrizes para autores são vagas quanto a licenciamento (4.2), com políticas editoriais genéricas (4.3). A cobrança ocorre após o aceite (5.1, 5.2), sem política de isenção para autores sem financiamento ou países em desenvolvimento (5.3). Os intervalos entre submissão e decisão aparentam ser menos do que um mês (6.1), mas os artigos não informam claramente as datas de recebimento, aceite ou publicação (6.2). Em artigos analisados, não se observou citação inflacionada da própria revista (7.1), mas houve autores não verificáveis nas bases de artigos tradicionais (7.2). Além disso, os artigos amostrados tinham problemas bem sérios de estrutura e de linguagem (7.3). Com sete itens críticos em negrito e uma pontuação total de 33, a revista deve ser classificada como PPENA e **recomendada para classificação na categoria C independente de seus indicadores bibliométricos.**

VII. Literatura citada

- Abalkina, A., 2024. Challenges posed by hijacked journals in Scopus. *J Assoc Inf Sci Tech* 75, 395-422.
- Anderson, R., 2017. Cabell's New Predatory Journal Blacklist: A Review, The Scholarly Kitchen. Society for Scholarly Publishing.
- Beall, J., 2017. What I learned from predatory publishers. *Biochem Medica* 27, 273-278.
- Cabanac, G., Labbé, C., Magazinov, A., 2022. The 'Problematic Paper Screener' automatically selects suspect publications for post-publication (re)assessment. , ArXiv.
- Cabells, 2019. Cabells Predatory Reports Criteria v 1.1, Cabells: The Source.
- Dadkhah, M., Oermann, M.H., Hegedus, M., Dávid, L.D., Raman, R., 2024. Detecting New Hijacked Journals by Using a List of Known Hijacked Journals and the Diagnosis of Web Domain Data. *Serials Rev* 50, 91-96.
- DOAJ, 2020. DOAJ's Basic criteria – updated and rewritten in plain English, DOAJ Blog.
- Graber, M.L., Plebani, M., 2024. The growing threat of hijacked journals. *Diagnosis* 11, 219-219.
- Hammett, D., Williams, G., Dockerill, B., Hooper, C., Cockburn, P., 2024. Responding to the growing issue of 'journal hijacking'. *Int Dev Plann Rev* 46, 345-348.
- Hegedus, M., Dadkhah, M., Dávid, L.D., 2024. Masquerade of authority: hijacked journals are gaining more credibility than original ones. *Diagnosis* 11, 235-239.
- Ioannidis, J.P.A., Salholz-Hillel, M., Boyack, K.W., Baas, J., 2021. The rapid, massive growth of COVID-19 authors in the scientific literature. *Roy Soc Open Sci* 8.
- Laine, C., Winker, M.A., 2017. Identifying predatory or pseudo-journals. *Biochem Medica* 27, 285-291.
- Larivière, V., Haustein, S., Mongeon, P., 2015. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. *Plos One* 10.
- Markus, K., 2022. Would you rather use LOCKSS, CLOCKSS or Portico? Three approaches to long-term preservation of scholarship, IFLA Academic and Research Libraries Section Blog. IFLA
- Martins, T.G.D., Costa, A.L.F.D., Moncada, F.J.S., Martins, R.V., 2016. Hijacked scientific journals: a warning to researchers. *Einstein-Sao Paulo* 14, 113-113.
- Teixeira da Silva, J.A., 2021. What Is a Legitimate, Low-Quality, or Predatory Surgery Journal? *Indian J Surg* 83, 1611-1612.

VIII. AGRADECIMENTOS

A Comissão agradece a revisão da primeira versão do protocolo 2025 por Ana Luiza Navas, Coordenadora Adjunta dos PPG Profissionais da Área 21.

EXPERIMENTAL: PROMPT CHAT GTP PARA AUXILIAR NO PASSO 4 DO PROTOCOLO PPENA

Copiar e colar todo o texto abaixo no prompt, substituindo o texto [INSIRA AQUI O LINK PARA O SITE PRINCIPAL DA REVISTA] pelo link pertinente.

INSTRUÇÃO GERAL:

Você é um consultor encarregado de avaliar revistas científicas quanto à presença de práticas editoriais não aceitáveis, com base no protocolo PPENA 2025 (Periódico com Política Editorial Não Aceitável).

IMPORTANTE: Sua resposta deve ser apresentada em parágrafo único, corrido, com os números dos itens entre parênteses (ex.: "...como observado em 2.5, 3.3 e 7.1"). NÃO utilize listas, títulos ou quebras de linha. O não cumprimento dessa estrutura será considerado erro de formato.

LINK DA REVISTA A SER ANALISADA:

[Insira aqui o link da revista a ser avaliada]

INSTRUÇÕES DE ANÁLISE:

1. Acesse o site principal da revista e explore todos os subsites relevantes, como: About, Editorial Board, Instructions for Authors, Peer Review Process, APC ou Publication Fees, Ethics, Indexing, Archive, Contact.
2. Utilize somente informações verificáveis diretamente no site da revista ou em fontes públicas confiáveis como Google Scholar, ORCID, e ResearchGate, Web of Science público ([Web of Science Master Journal List - WoS MJL by Clarivate](#)) e portais institucionais. Use nomes completos e não siglas ao citar tais fontes.
3. Para os itens relacionados ao editor-chefe ou artigos publicados:
 - 3.3: Verifique se o editor-chefe possui currículo público recente que inclua o vínculo com a revista.
 - 7.1 a 7.3: Analise três artigos recentes, de preferência os últimos publicados.
4. Se, após busca criteriosa, uma informação não for encontrada, registre como "informação não localizada".
5. Para o item 5.1, localize a seção exata do site da revista onde constam as informações sobre taxas (normalmente em "APC", "Publication Fee" ou "Instructions for Authors") e identifique de forma precisa se a cobrança ocorre **(a)** no momento do envio do manuscrito (antes da revisão por pares), **(b)** durante o processo de avaliação (ex: antes de revisão final), ou **(c)** somente após o aceite final. Se a linguagem for ambígua, registre isso e transcreva a frase literal do site.

CRITÉRIOS PPENA 2025:

1. Comunicação profissional, adequada e educada
 - 1.1 O site promete publicação rápida, garantida ou facilitada?
 - 1.2 Há erros gramaticais, ortográficos ou linguagem inadequada?
 - 1.3 O tom do site é excessivamente comercial?
2. Informações consistentes e verificáveis
 - 2.4 Declara indexação onde não está localizada?
 - 2.5 Usa métricas sem fonte confiável?
 - 2.6 Há nomes incluídos sem consentimento?
 - 2.7 O site omite DOI ou política de preservação digital?
 - 2.8 O ISSN difere do registrado no Portal ISSN?
3. Conselho editorial
 - 3.1 Membros com nome e afiliação claramente informados?
 - 3.2 Índícios de inclusão sem consentimento (ex: uso de e-mail genérico e não institucional)?
 - 3.3 Editor-chefe ausente em Google Scholar, ORCID ou sem currículo público com vínculo à revista?
4. Práticas editoriais transparentes
 - 4.1 Processo de revisão por pares ausente ou pouco claro?
 - 4.2 Diretrizes vagas, especialmente sobre licenças/copyright?
 - 4.3 Faltam políticas de ética, retratação ou correção?
 - 4.4 Periodicidade declarada não condiz com volume publicado?
5. Modelo de publicação e política de APCs
 - 5.1 Cobrança ocorre no momento da submissão?

- 5.2 Taxas não informadas com clareza e antecedência?
- 5.3 Falta política de isenção para autores sem financiamento?
- 6. Tempos de publicação
 - 6.1 Intervalos entre submissão e aceite curtos demais?
 - 6.2 Artigos omitem datas de submissão, aceite e publicação?
- 7. Qualidade editorial (via análise de 3 artigos)
 - 7.1 Citação excessiva de artigos da própria revista?
 - 7.2 Autores principais ausentes em ORCID ou Google Scholar?
 - 7.3 Erros graves de linguagem, estrutura ou formatação?

FORMATO DE RESPOSTA (OBRIGATÓRIO):

Apresente os achados em parágrafo único, corrido, sem listas, subtítulos ou quebras de linha. Use os números dos itens entre parênteses como referência (ex: "...como observado em 2.5, 3.3 e 7.1"). Não mencione o nome da revista nem nomes de autores; use apenas "a revista analisada".

SISTEMA DE PONTUAÇÃO PPENA:

- Itens críticos (fraude ou má-fé): 3 pontos (NEGRITO)
- Itens graves (má gestão ou opacidade): 2 pontos (TEXTO NORMAL)
- Itens leves (baixa qualidade ou inexperiência): 1 ponto (SUBLINHADO)

INTERPRETAÇÃO FINAL:

Finalize com:

Total de pontos = X.

Recomendação:

- ≥3 itens em negrito → classificada como PPENA 2025
- ≥10 pontos → forte indicação de PPENA 2025
- 6 a 9 pontos → Caso ambíguo que requer atenção
- ≤5 pontos → não classificada como PPENA 2025

NOTA OBRIGATÓRIA

No final de toda análise inclua obrigatoriamente a seguinte nota "Esta análise foi realizada de forma automatizada no ChatGTP com um prompt em fase Beta. Pode conter erros, em hipótese nenhuma deve ser usado o retorno sem verificação humana, e não substitui uma análise especializada"

TESTE do prompt para [Premier Journal of Biomedical Science - Premier Science](#). Retorno não editado ou corrigido.

A revista analisada apresenta diversas inconsistências e práticas editoriais questionáveis. O site exibe um tom excessivamente comercial, com ênfase em atrair submissões e prometer ampla visibilidade, o que caracteriza uma abordagem promocional inadequada (1.3). A seção de taxas de publicação (APC) não especifica claramente o momento da cobrança, e a linguagem utilizada é ambígua, dificultando a compreensão dos autores (5.1). Além disso, não há informações sobre políticas de isenção para autores sem financiamento, indicando falta de transparência nesse aspecto (5.3). O processo de revisão por pares é descrito de forma vaga, sem detalhes sobre os critérios ou etapas envolvidas, comprometendo a confiança no rigor científico da revista (4.1). As diretrizes para autores são genéricas e não abordam questões importantes como licenças ou direitos autorais (4.2). A política de ética não é apresentada de forma clara, e não há menção a procedimentos de retratação ou correção de artigos, o que é preocupante (4.3). A periodicidade declarada da revista não condiz com o volume de artigos publicados, sugerindo inconsistência na gestão editorial (4.4). A análise de três artigos recentes revela ausência de datas de submissão, aceite e publicação, dificultando a avaliação do tempo de processamento editorial (6.2). Além disso, os autores principais desses artigos não possuem perfis em plataformas como ORCID ou Google Scholar, limitando a verificação de sua trajetória acadêmica (7.2). Por fim, os artigos apresentam erros significativos de linguagem e formatação, comprometendo a qualidade editorial (7.3), como observado em (1.3, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 5.1, 5.3, 6.2, 7.2 e 7.3). Total de pontos = 12. Recomendação: forte indicação de PPENA 2025. Esta análise foi realizada de forma automatizada no ChatGTP com um prompt em fase Beta. Em hipótese nenhuma deve ser usada sem verificação humana e não substitui uma análise especializada.

ANEXO 1

Passo 1
a revista está presente em sistemas de indexação comprometidos com a qualidade editorial.

PubMed
/MEDLINE
SciELO
Redalyc
ERIC

Sim Não

Passo 2
o periódico está presente em listas positivas ou afiliada a organizações editoriais.

DOAJ
Creative Commons
QASPA
COPE

Sim Não

Passo 3
o periódico está presente em listas negativas

Beall's List
Stop Predatory Journals
Cabell's Predatory Reports

Sim Não

| Passo 4 Verificar o site da revista em busca de sinais de alerta. | | Adicione os pontos por formato de texto e apenas se a resposta para a questão for SIM | | |
|---|---|---|-----------|------------|
| | | NEGRITO | NORMAL | SUBLINHADO |
| 1. Comunicação profissional, adequada e educada | | | | |
| 1.1 | As descrições fazem promessas de publicação rápida, garantida ou exageradamente facilitada? (3 pt) | | | |
| 1.2 | O site da revista contém erros gramaticais, ortográficos ou uso inadequado da linguagem? (2 pt) | | | |
| 1.3 | O tom do site remete mais a propaganda comercial do que a um ambiente institucional acadêmico? (2 pt) | | | |
| 2. Informações consistentes e verificáveis | | | | |
| 2.1 | A revista declara estar indexada em bases onde não pode ser localizada? (3 pt) | | | |
| 2.2 | Apresenta métricas cientométricas sem fonte confiável e reconhecida? (3 pt) | | | |
| 2.3 | Há sinais de que nomes ou instituições foram incluídos sem consentimento, como no caso de contraste acadêmico extremo entre editor-chefe e demais membros? (3 pt) | | | |
| 2.4 | A revista omite informação sobre DOI ou sobre preservação digital (Markus, 2022)? (2 pt) | | | |
| 2.5 | O ISSN informado diverge dos registros no Portal ISSN? (2 pt) | | | |
| 3. Conselho editorial e afiliação institucional confiável | | | | |
| 3.1 | Falta clareza sobre os membros do conselho editorial? (e.g., falta em informar nome e afiliação institucional) (3 pt) | | | |
| 3.2 | Há indícios de que nomes e instituições foram incluídos sem consentimento (por exemplo, contraste exagerado entre chefia e corpo editorial)? (3 pt) | | | |
| 3.3 | Existem editores-chefes que não são localizáveis em plataformas acadêmicas como ORCID, ResearchGate ou Google Scholar? (2 pt) | | | |
| 4. Práticas editoriais transparentes e coerentes | | | | |
| 4.1 | O site omite o processo de revisão por pares, ou apresenta exceções sem justificativa? (3 pt) | | | |
| 4.2 | As diretrizes para autores são vagas ou difíceis de localizar, particularmente as relativas a licenças de copyright e de reuso dos artigos? (2 pt) | | | |
| 4.3 | Falta menção a políticas de ética editorial, retratação ou correção? (2 pt) | | | |
| 4.4 | A periodicidade informada é incompatível com o volume efetivo de publicações? (1 pt) | | | |
| 5. Modelo de publicação e política de APC (Article Processing Charges) | | | | |
| 5.1 | A cobrança ocorre no momento da submissão, e não somente após o aceite final? (3 pt) | | | |
| 5.2 | A revista não informa com clareza e antecedência se cobra taxas de publicação? (2 pt) | | | |
| 5.3 | A revista falha em apresentar política de isenção para autores sem financiamento? (2 pt) | | | |
| 6. Tempos de publicação | | | | |
| 6.1 | Os intervalos entre submissão e aceite são excessivamente curtos para uma revisão por pares legítima? (3 pt) | | | |
| 6.2 | Os artigos omitem datas de recebimento, aceite e publicação? (2 pt) | | | |
| 7. Qualidade editorial (via análise de um ou dois artigos) | | | | |
| 7.1 | Há citação excessiva e não justificada de outros artigos da mesma revista? (3 pt) | | | |
| 7.2 | Os autores principais não são verificáveis em plataformas como ORCID ou Google Scholar? (2 pt) | | | |
| 7.3 | Os artigos apresentam erros graves de linguagem, estrutura inconsistente ou formatação inadequada? (1 pt) | | | |
| Total de pontos (soma de todas as colunas) | | | | |
| | | ≤ 5 pts | 6 a 9 pts | ≥ 10 pts |
| | | | Atenção | |
| Quantidade de perguntas que pontuaram na coluna Negrito | | | | |
| CLASSIFICADA COMO PPENA-25 | | ≥3 | | |
| NÃO CLASSIFICADA COMO PPENA-25 | | | | |